ATA **OUTUBRO/2020** – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 08 de outubro de 2020, às 18h, online, via Aplicativo Zoom, de acordo com o Decreto nº 1.148, de 15 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial nº 5903, que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais durante a pandemia do Coronavírus - Covid-19.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por meio do Diário Oficial nº 6023, de seis de outubro de dois mil e vinte, de forma remota, pelo Aplicativo ZOOM, com a presença das senhoras conselheiras: ADRIANA SILVA DE MATTOS, ANA MARIA DA SILVA E SOUZA CARVALHO, ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE ALCÂNTARA, ANNA MARIA RATTES, CARINA FRANCO POIRIER, CLÉO DE MARCO, CLÍVIA TOSTES SILVA, JULIANA DIVINO SALOMÃO, LUCIANA MARIA PÉRICO MACHADO COURA, MARIA AUXILIADORA PIRES RIBEIRO, MARIA CAROLINA DE ALCÂNTARA ROLIM, MARIA DE LOURDES THOMAZ DE SOUZA, MARIZA ALVES DE FARIA, MÔNICA MARIA MARTINS FERREIRA LEÃO, PÂMELA MENDONÇA TEIXEIRA DE BRITO, RAYANE GONÇALVES FERNANDES, ROBERTA D'ANGELO CUNHA LEITE PENNA, ROSINA BEZERRA DE MELLO SANTOS ROCHA, SANDRA REGINA SOARES VIEGAS, SHIRLEI SOUZA RAMOS, SILVANA DE ALMEIDA ARAÚJO VIEIRA, SIMONE IZIDRO CESÁRIO GOMES VIVARINI, SONIA CRISTINA DA SILVA FURTADO, SUELEN ABREU AGASSIS RIBEIRO, VICTÓRIA ANTONIETA TAPIA GUTIERREZ, VIVIANE MARQUES DE MENEZES FIDELIS. A reunião teve como pauta: 1) Aprovação da ata da Reunião Ordinária de setembro. 2) Apresentação das novas conselheiras. 3) Apresentação dos trabalhos das Comissões. 4) Informes da

reunião com o Vereador Silmar Fortes. 5) Momento do CRAM. 6) Vídeos das campanhas de combate a violência contra a Mulher. 7) Organização do Curso de Formação do COMDIM, que acontecerá em janeiro/2021. 8) Assuntos Gerais. A Presidente, Sra. Ângela Alcântara deu início à reunião às dezoito horas e três minutos, após cumprimentar a todas, fez a chamada nominal para registrar as presenças. Em seguida, a presidente questionou se as conselheiras teriam alguma observação com relação a ata da Reunião Ordinária de setembro, enviada previamente por e-mail para avaliação de todas. Não havendo nenhuma solicitação de retificação e após concordância de todas as conselheiras presentes, considerou a referida ata como APROVADA. Ângela Alcântara ressaltou a importância da união e o respeito às diferenças de opiniões, pois o conselho deve estar acima de todas essas questões, falou ainda, que questões partidárias não fazem parte do conselho. Deu boas vindas às conselheiras que estão ingressando no COMDIM: Maria de Lourdes Thomaz de Souza, Patrícia Ramos Pereira Rodrigues, Lavínia Monteiro Lima Barreto, Carina Franco Poirier e Carem Carolina da Conceição. Seguindo a pauta, a Presidente passou para a apresentação dos trabalhos das comissões. Com a palavra, Rosina Bezerra, representante da Comissão dos Direitos da Mulher, falou sobre a proposta de investigar como os partidos estão distribuindo as verbas que cabem às mulheres, disse que percebeu que até agora os diretórios: estadual, nacional e municipal estão fazendo uso da verba, entregando o material pronto. Afirmou não saber até onde isso é legal, pois as candidatas abriram contas bancárias para receber a verba em espécie. Ângela Alcântara diz que verbas eleitorais estão fora do foco do conselho, pois o mesmo não tem fins partidários, disse à Rosina que as candidatas mulheres têm que se unir e juntas resolverem tal questão dentro da direção municipal, estadual ou até mesmo na instância nacional dos partidos. Suelen diz que é lei que haja trinta por cento para as candidaturas femininas, dessa forma é como se esse direito não estivesse sendo cumprido. Afirmou ainda, que se estes trinta por cento não forem cumpridos, as mulheres terão menos chances de se elegerem, e com menos mulheres eleitas, teremos menos políticas públicas para as mulheres. Disse que entende que o conselho deve cobrar dos partidos, não a verba, mas cobrar um posicionamento com relação à candidatura das mulheres, se está ocorrendo de maneira correta. Luciana Périco explicou que a

intenção da comissão realmente foi cobrar tal posicionamento dos partidos, pois candidatos homens já estão com todo o material para trabalhar e as mulheres só tem o cartão de visita. Ângela Alcântara diz que estas questões não podem ser cobradas individualmente, precisam ser colocadas no coletivo. Disse que as mulheres que são candidatas devem se reunir e fazer uma denúncia ao conselho. Esclareceu ainda, que as candidatas devem se reunir com o diretório para saber do presidente do partido o que realmente vai ser disponibilizado durante a campanha a fim de evitar problemas posteriores. Rosina explicou que a comissão expôs o problema no coletivo, ela que citou o próprio caso como exemplo. Ângela pediu para que a Comissão dos Direitos da Mulher encaminhe a pesquisa para o conselho para que se possa avaliar partido por partido. Pâmela Mendonça questionou a legitimidade da participação das conselheiras que são candidatas nas reuniões do conselho. Roberta D'ângelo disse que recebeu um comunicado no COMDEMA de que os candidatos deveriam se ausentar dos conselhos neste momento, mas que não viu a legislação. Luciana Périco falou que na outra eleição, quando estava presidente do conselho, se afastou, mas como conselheira não entende ser necessário, pois não conta nada na legislação. Rosina diz que renunciou à presidência da Casa da Amizade para se candidatar, por questões éticas, tendo em vista que no regimento não haveria impedimentos. Roberta D'ângelo diz que nos outros conselhos, os candidatos a algum tipo de cargo têm se ausentado de suas cadeiras, sem gerar vacância, pois o suplente assume a titularidade e quem está se ausentando indica um novo suplente. Explicou ainda, que mesmo não constando em lei, acha de bom tom o afastamento dos candidatos, pois em determinado momento pode gerar algum tipo de problema para o conselho. Ângela diz que devemos aguardar o pronunciamento do Tribunal Eleitoral ou até mesmo da OAB com relação à legalidade da participação das candidatas nos conselhos. Victória Gutierrez diz que se tratando do conselho, a fala de algum candidato pode representar uma complicação para o mesmo. Questionou se tal decisão não deve ser deliberada pela plenária. Ângela diz que para deliberar, faz-se necessário ter certeza de que é o correto, que não pode cortar ninguém do conselho sem saber se é legal. Luciana Périco decidiu se afastar temporariamente do conselho, mas afirmou que não há necessidade de indicar outra suplente, pois só vai se

ausentar em uma reunião. Rosina também concorda e diz que na próxima reunião sua suplente Daniela participará. Anna Maria Rattes diz que a Justiça Eleitoral só funciona se for acionada, para ter algum tipo de resposta precisamos oficiar perguntando. Esclareceu que existe o número 180 nacional para responder às questões eleitorais, inclusive sobre o fundo partidário. Anna Maria sugere uma ação conjunta para exigir que a prestação de contas e o fundo partidário seja realmente distribuído como realmente deve ser. Sobre a participação das conselheiras que são candidatas nas reuniões do conselho, Anna Maria explica que o Regimento Interno não fala sobre tal questão, portanto se faz necessária uma consulta à Justiça Eleitoral. Diz que na sua opinião, as titulares devem se afastar e as suplentes assumirem, até para que possam se dedicar à campanha. Disse que em caso de denúncias, como a questão da má distribuição do fundo partidário, o assunto deve ser levado ao conselho e o conselho deve acionar o Tribunal de Justiça rapidamente para que o mesmo tome atitudes. Anna Maria sugeriu a criação de uma comissão para fiscalização das campanhas políticas dentro dos partidos. Ângela diz que não há tempo hábil para a criação de uma comissão. Rosina questiona se deve permanecer na reunião ou se retirar para aguardar a decisão da plenária. Suelen questiona se as conselheiras poderiam cobrar dos partidos, Ângela responde que o conselho só pode atuar como um todo, não individualmente. Roberta D'Ângelo disse que a OAB ainda não conseguiu fechar um parecer sobre o assunto, portanto acha que devem agir com prudência, que acredita que Rosina pode e deve permanecer na reunião como ouvinte, não como conselheira. Como representante da Comissão de Saúde, Pâmela Mendonça informa que não houve reunião, portanto não há informes. Suelen Ribeiro, representante da Comissão de Pesquisas apresentou os informes da última reunião, disse que trabalharam sobre o assunto já deliberado em plenária que seria a pesquisa sobre grupos de mulheres na cidade. Informou a organização dentro da comissão para realizar tal levantamento. Pediu que as conselheiras passem para a comissão qualquer tipo de ajuntamento de mulheres que conheçam. Sandra Viegas disse que trabalha como artesã no Fórum de Economia Popular de Petrópolis e que o Fórum é composto em sua maioria por mulheres, perguntou se tal seguimento poderia ser considerado como um grupo de mulheres, Ângela respondeu que sim. Sandra falou que vai conversar

com o grupo e logo após dará um retorno. Sobre a reunião com o Vereador Silmar Fortes, que ocorreu no dia quinze de setembro, no plenário da Câmara Municipal, Ângela informou que algumas conselheiras participaram e que o conselho conseguiu apresentar suas reinvindicações. Durante a reunião, além do COMDIM, estiveram presentes o CRAM, representante da maternidade do Hospital Alcides Carneiro, representante das áreas técnicas da Secretaria de Saúde, representante do Programa Municipal de Infecção Sexualmente Transmissível, OAB, Centro de Saúde e Comissão de Saúde da Câmara Municipal. Houve um debate sobre a saúde no município de Petrópolis e os resultados foram: agendar reunião com a direção do Hospital Alcides Carneiro e todos os participantes do debate, com o tema saúde da mulher, acolhimento, humanização, entre outros; solicitar ao Comandante da Polícia Militar extensão do horário de atuação da Patrulha Maria da Penha; criar uma frente parlamentar da saúde da mulher; debater políticas públicas para a saúde da mulher idosa e agendar reunião com a Secretaria Municipal de Saúde sobre o fluxo de informações. Com a palavra, Cléo de Marco falou sobre ataques caluniosos ao CRAM por parte de dois candidatos da cidade, disse que precisamos ter muito cuidado neste momento político. Falou sobre a postagem de uma mulher que alega não ter conseguido atendimento médico, disse que tal pessoa afirmou que o Outubro Rosa é uma farsa. Falou ainda, sobre o caso da mãe de uma criança deficiente, que alegou não ter sido atendida com a solicitação de vaga em escola específica, Cléo diz que em contato com a mãe, a mesma se negou a informar qual a escola que deseja que seu filho seja matriculado, impossibilitando sua ajuda. Comunicou que a partir da presente data passa a fazer parte da APPO atuando como vice-presidente. Sobre os vídeos da Campanha de combate a violência contra a mulher, Ângela disse que foi solicitado na última reunião que as conselheiras gravassem pequenos vídeos com um X na mão e postassem no grupo GT COMDIM para que pudessem ser disponibilizados nas redes sociais, mas ninguém enviou e que então resolveu fazer uma pesquisa sobre tal campanha, descobrindo que mulheres deficientes não são contempladas. Disse que ficou muito preocupada pois a campanha é nacional e não foram pensadas estas questões. Ângela sugere que o conselho elabore uma discussão sobre essa pauta. Suelen diz que achou muito importante ter sido colocado em questão a situação das

mulheres que possuem algum tipo de deficiência, pois elas não conseguem chegar até a delegacia ou quando chegam não encontram profissionais capacitados para atendê-las. Falou ainda, que na maioria dos casos é o próprio agressor que comanda a parte financeira deixando estas mulheres sem autonomia sobre seu próprio dinheiro. Concordou em discutir dentro do conselho este assunto e até ouvir essas mulheres para saber quais são suas demandas. A Presidente passou para o próximo item da pauta, a organização do curso de formação para as conselheiras, que será em janeiro de 2021. Ângela diz que muitas conselheiras não têm informação sobre as competências do COMDIM, portanto o curso será para todas as conselheiras, não só para as novas. Em assuntos gerais, Ângela diz que é preciso pensar muito na saúde mental das mulheres vítimas de violência doméstica. Carina Poirier explicou que a política para a juventude é uma política transversal, estando presente em todas as áreas. Informou que em dois mil e dezessete foi inaugurado no Alto da Serra, o Centro de Referência da Juventude, onde são ofertadas diversas atividades, como esportivas, profissionalizantes, etc. Em dois mil e dezoito foi lançado um programa chamado “Empoderadas”, no qual as mulheres aprendem defesa pessoal, além de receberem auxilio nas questões familiares, jurídicas e psicológicas, voltadas para mulheres que sofrem algum tipo de violência. Disse que durante a pandemia foram entregues duas toneladas de alimentos para as usuárias do programa. Explicou que no Centro de referência o público alvo são jovens de quinze a vinte e nove anos, porém atendem pessoas de todas as idades, pois não é exclusivo, é preferencial. Maria Auxiliadora falou sobre o caso de uma mulher que estava aguardando para fazer uma mamografia, disse que já conseguiu agendar o exame. Falou que foi informada de mais dois casos de mulheres que estão aguardando por consulta médica, inclusive uma que está com suspeita de câncer de mama, mas não consegue ser atendida pelo médico, acredita que o conselho precisa agir com relação às mulheres que estão na lista de espera, aguardando exames. Maria Auxiliadora falou ainda, a respeito do ofício encaminhado ao diretor do Hospital Nelson de Sá Earp solicitando uma reunião, tal ofício foi despachado para a Secretária de Saúde e até a presente data o conselho não obteve resposta. Cléo de Marco solicitou à Maria auxiliadora que encaminhe o nome das mulheres que estão aguardando exames para que ela possa intervir junto à

Secretária de Saúde. Ângela diz que esta parceria com as secretarias é muito boa, mas que deveria ser estendida, pois acabamos desmerecendo a Comissão de Saúde que não consegue ser atendida, afirmou que precisa haver respeito à comissão. Cléo concorda e diz que a intenção é agilizar o processo para ajudar estas mulheres. Ângela pede para Aline separar os ofícios assinados por Maria Auxiliadora, enquanto Coordenadora da Comissão de Saúde para encaminhar ao Ministério Público, tendo em vista que foram enviados a mais de um mês e ainda não foram respondidos. Suelen diz que entende que não há tempo hábil para montar uma comissão para cobrar a verba eleitoral destinada às mulheres, mas que acha que enquanto cidadãs podem cobrar que a verba seja distribuída de forma correta. Ângela diz que as mulheres que são candidatas poderiam se unir e fazer uma reunião e tentar elaborar um documento assinado por elas e não pelo conselho, para que os partidos se conscientizem de que as mulheres não servem apenas como laranjas mas para trabalharem como vereadoras, de fato. A Presidente questionou às conselheiras se elas acham viável manter a reunião ordinária de novembro que será às vésperas da eleição. A maioria achou melhor adiar. Ficou acordado de enviarem sugestões de uma nova data no grupo do COMDIM. Anna Maria sugeriu cancelar a reunião de novembro devido às eleições e agendar só em dezembro. Ângela achou uma ótima sugestão e disse que aguarda o pronunciamento de todas as conselheiras no grupo. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou a reunião às dezenove horas e quarenta e dois minutos, agradecendo a participação de todas. Essa ata segue lavrada e assinada por mim, Aline Cristina Rocha, Secretária Executiva e pela Presidente, Ângela Maria Araújo de Alcântara.

Aline Cristina Rocha

Secretária Executiva do COMDIM

Ângela Maria Araújo de Alcântara

Presidente do COMDIM